

INVESTIGAÇÃO

Prefeitos de 16 cidades são presos por suspeita de desviar R\$ 200 mi

Juiz também foi detido pela PF, acusado de integrar esquema para liberar Fundo de Participação dos Municípios

Eduardo Kattah
BELO HORIZONTE

A Polícia Federal prendeu ontem 51 pessoas, entre elas 16 prefeitos, um juiz federal, 9 advogados, além de servidores federais e municipais, todos suspeitos de envolvimento com um esquema de liberação irregular de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cidades em débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O rombo nos cofres públicos é estimado em mais de R\$ 200 milhões nos últimos três anos. A Operação Pasárgada foi deflagrada em Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal.

Cerca de 500 homens participaram da ação, concentrada em Minas. Foram expedidos 53 mandados de prisão e até o início da noite só 2 não haviam sido cumpridos. De posse de cerca de 100 mandados judiciais, os policiais apreenderam documentos, veículos – alguns de luxo e duas motocicletas –, cerca de R\$ 1,3 milhão em espécie, US\$ 20 mil e dois aviões. As diligências foram autorizadas pelo juiz-corregedor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, Jirair Aram Meguerian.

As investigações, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), foram iniciadas há oito meses. Segundo o coordenador da operação, delegado Mário Alexandre Veloso Aguiar, prefeituras que firmaram acordo com o INSS para quitar o débito previdenciário eram procuradas por um lobista – dono de escritório de advocacia – que “vendia um pacote pronto”, com a “decisão judicial já ganha”. O “pacote” tinha por objetivo a liberação dos 6% da parcela mensal do FPM que era retida pelo instituto, como garantia do pagamento da dívida. O FPM é uma transferência constitucional, composta por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição é feita com base no número de habitantes dos municípios, mas é necessário apresentar certidão negativa de débito com o INSS.

Conforme descrição dos dele-

CASO DE POLÍCIA

Fraude descoberta

A fraude

R\$ 200 milhões

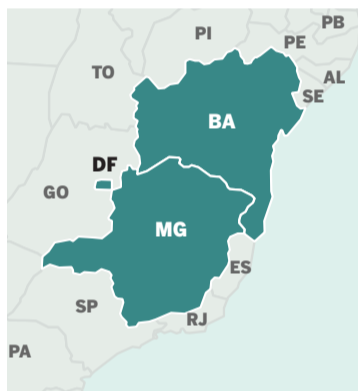
é o prejuízo estimado nos últimos 3 anos para os cofres públicos na ação, que liberava irregularmente verbas do FPM

4 mil municípios

aproximadamente têm o FPM como principal fonte de receita

Mandados

53 mandados de prisão, em Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal



100 mandados de busca e apreensão

Suspeitos

De acordo com as investigações da Polícia Federal, a quadrilha era formada por magistrados, prefeitos, advogados, lobistas e servidores municipais e federais

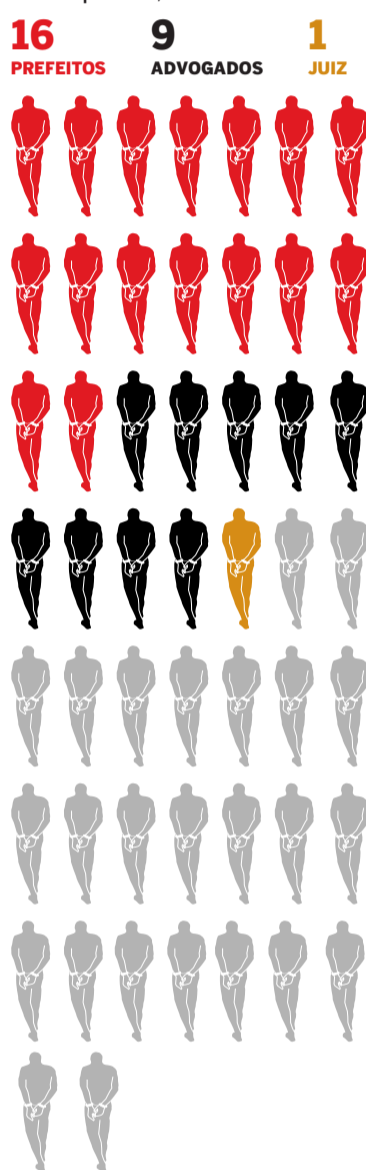
Poema inspirou nome de operação

...Ao batizar a operação que prendeu 16 prefeitos, a Polícia Federal buscou inspiração no poema de Manuel Bandeira que descreve uma cidade paradisíaca e que começa com os versos “Vou-me embora pra Pasárgada/Lá sou amigo do rei/Lá tenho a mulher que eu quero/Na cama que escolherei”.

Prisões

51 pessoas

foram presas, entre elas:



O esquema

Lobista
Um lobista, por meio de um escritório de advocacia, entrava em contato com prefeituras com débitos no INSS para vender “pacote pronto”, que liberaria a parcela mensal do FPM retida pelo instituto. Também oferecia vantagens indevidas a juizes, para liberar sentenças favoráveis aos municípios

Prefeituras
Uma vez contratado, sem licitação, o escritório de advocacia para intermediar o caso, os prefeitos recebiam em troca, depois, parte dos honorários do lobista

Justiça
A distribuição dos processos era viciada, não obedecendo ao Código de Processo. Assim, juizes davam liminares proibindo bloqueio de repasses do FPM, em troca de propina

O FPM

1 O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional, composta de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

2 A distribuição dessa verba é executada de acordo com o número de habitantes dos municípios. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual

3 O coeficiente mínimo do fundo federal é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, enquanto o máximo é de 4,0 para aquelas cidades que possuem mais de 170 mil moradores

4 No ano passado, o Congresso aprovou aumento de um ponto porcentual do FPM. Segundo a proposta de emenda constitucional, o valor subiu de 22,5% para 23,5% da arrecadação total do IR e IPI

INFOGRÁFICO/AE

gados, o escritório era contratado pela prefeitura sem licitação e, então, “advogados testa-ferro” assinavam as petições, solicitando liminares para o desbloqueio. “As distribuições dessas ações eram concentradas em duas varas da Justiça Federal em Belo Horizonte. A distribuição era viciada, não obedecia aos preceitos do Código de Processo”, disse Aguiar. Os juizes, segundo ele, concediam liminares proibindo o bloqueio da parcela do FPM.

Um juiz federal, além de quatro servidores da Justiça Federal, foram presos em Belo Horizonte. Uma juíza também foi investigada, mas o pedido de prisão temporária não foi acatado. “Há prova cabal nos autos de que os juizes recebiam vantagens indevidas para conceder essas sentenças”, disse Aguiar. Segundo ele, parte do pagamento ao escritório retornava para os prefeitos em forma de propina, que era paga também para outros integrantes da quadri-

lha. “As provas são substanciais”, destacou Aguiar.

PREFEITOS

Em Minas foram presos os prefeitos de Juiz de Fora, Timóteo, Rubim, Almenara, Medina, Minas Novas, Cachoeira da Prata, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Ervália, Salto da Divisa, Tapira e Vespasiano. Na Bahia, foram detidos os prefeitos de Itabela e Sobradinho. A PF informou, por fim, que um prefeito afastado do cargo e quatro procuradores municipais também estão na lista de presos.

Em buscas na residência e em um sítio do prefeito de Juiz de Fora (MG), Carlos Alberto Bejani (PTB), a PF encontrou R\$ 1,12 milhão. Foi preciso que um banco emprestasse uma máquina para contar o dinheiro. Foram apreendidos, ainda, veículos e duas pistolas – uma de 9 mm, de uso das Forças Armadas –, duas carabinas e um revólver.

Um gerente da Caixa Econômica Federal (CEF) na capital mineira foi apontado pela PF como a “figura central” do esquema, o elo entre o lobista, os advogados e os magistrados. “Era na verdade sócio do principal lobista envolvido”, disse o coordenador da operação.

Um assessor do deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) foi preso por acusação de intermediar contratos entre as prefeituras e o escritório de advocacia. Segundo a PF, o parlamentar não está envolvido.

NOMES

A corporação não divulgou o nome dos presos, que seriam transferidos para Belo Horizonte. Eles poderão responder por formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, advocacia administrativa, exploração de prestígio, fraude a licitação e quebra de sigilo de dados. A PF ressaltou que o INSS é vítima, pois não foi identificada participação de seus servidores no esquema. ●

estadao.com.br

Veja as principais operações da PF

www.estadao.com.br/e/a4

Prefeituras alegam surpresa com ação da polícia

Caixa não comenta prisão de gerente e deputado alega desconhecer envolvimento de assessor

Moacir Assunção

As prefeituras mineiras negaram envolvimento com o esquema. O secretário da Fazenda de Divinópolis, José Sinésio Júnior, declarou que a cidade e o prefeito, Demetrius Pereira (PTB), não têm ligação com fraudes envolvendo o Fundo de Participação dos Municípios.

Secretário de Governo e Imprensa de Conselheiro Lafaiete, Diarlhes Pider, disse que o prefeito Julio Cesar de Almeida Barros (PT) não tem o que temer. “Para nós, essa história é uma surpresa. Estávamos comemorando a vitória na Justiça contra o INSS”, disse ele, frisando que a prefeitura havia recuperado repasse de R\$ 600 mil.

O procurador-chefe da Prefeitura de Vespasiano, Paulo Passos, disse que há um equívoco na prisão do prefeito Ademar José da Silva (PSDB). “Vencemos uma ação na Justiça para recuperar parte dos recursos do FPM e a vara que nos deu

a vitória estava sob investigação da PF. Vamos provar que não temos nada a dever.”

A chefe de gabinete da Prefeitura de Ervália, Suely Aparecida de Assis, também reagiu: “Eu e mais duas pessoas da cidade, os taxistas José Adair Ferreira e Adilson Fernandes, assinamos um relatório da PF dizendo que não foram encontradas provas de fraude na prefeitura e na casa do prefeito Edson Said Rezende (DEM).”

O chefe de gabinete da Prefeitura de Rubim, Nilson Souza, afirmou que não tinha informações concretas sobre as razões da prisão do prefeito Claudemir Carpe (PT do B). “Vamos entrar com recurso logo que soubermos qual é a acusação.”

Vânia Teixeira, secretária do prefeito de Cachoeira da Prata, José Eustáquio Ribeiro (DEM), também alegou falta de informações. “Estamos acompanhando as notícias, mas não há nada concreto”, destacou.

Em nota, a Prefeitura de Ti-

A operação revelou a liberação irregular de verbas federais para municípios – não graças a algum rei amigo, mas por obra de um juiz suspeito de vender sentenças. “Se esse paraíso existe, estamos trabalhando para que não exista mais”, disse o delegado Alessandro Moretti, da PF de Minas Gerais. ●

MARCELO RIBEIRO/TRIBUNA DE MINAS



PRISÕES – Prefeito de Juiz de Fora, Carlos Bejani está entre acusados

móteo afirmou que não houve desvio no município. “A prefeitura e seus agentes não participaram nem se beneficiaram de nenhum esquema.” Também por nota, a Prefeitura de Juiz de Fora informou que os serviços municipais estão mantidos e aguardará o final das investigações para se pronunciar.

Em Almenara, o expediente

havia sido suspenso. O Estado procurou, mas não foram localizados representantes das prefeituras de Minas Novas, Salto da Divisa, Medina e Tapira.

BAHIA

Na Bahia, as assessorias de imprensa dos municípios de Sobradinho e Itabela, onde foram presos os prefeitos Antonio Gil-

berto de Souza (PR) e Paulo Ernesto Pessanha da Silva (DEM), informaram que não havia quem comentasse as acusações. Mas a mulher de Souza, Maria do Carmo, garantiu a sua inocência: “Eu o conheço bem e sei que ele não seria capaz de fazer tal coisa”, garante. “Somos evangélicos, tementes a Deus e não devemos nada.”

Até o início da noite, a Justiça Federal não havia confirmado se iria se pronunciar sobre a operação e a prisão de um juiz. O tribunal confirmou que foi alvo de duas ações de busca e apreensão.

Pela assessoria de imprensa, a Caixa Econômica Federal em Belo Horizonte informou que não iria se manifestar sobre a prisão de um gerente em Minas. Por nota, o deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) alegou que desconhece o envolvimento de seu assessor em irregularidades. ● COLABOROU TIAGO DÉCIMO

PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

Em cumprimento à determinação judicial, publicamos a seguir síntese da sentença proferida pelo MM. Juízo da 13ª Vara Cível de Brasília – DF, nos autos da ação indenizatória de danos morais movida por Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên contra a S.A. O Estado de S. Paulo:

Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên moveu ação de indenização contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, em síntese alegando que no dia 24/06/99 o jornal publicou notícia afirmando ter sido a herança de um menor dilapidada quando os bens que a integravam estavam sob os cuidados do Autor, na época juiz titular da Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília. A demanda foi julgada procedente e o jornal condenado a pagar ao Autor indenização por danos morais equivalentes a 400 salários mínimos, mais custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, e a publicar a síntese da decisão. Entendeu o MM. Juízo que a “asserção de que a herança foi dilapidada no curso do inventário” se revelou “incompleta, distorcida e tendenciosa”, e que houve “falta de alinhamento entre a notícia e a sentença que lhe serve de embasamento”, pois o jornal “ocultou da opinião pública que a decisão judicial noticiada trazia em seu contexto a afirmação do juiz prolator de que não houve herança dissipada e de que o autor não incorreu em nenhuma falha na condução do processo”, tudo isso a demonstrar abuso do direito de informar e o dever de o jornal reparar o dano causado.